

RESENHA DO LIVRO *O MARQUÊS DE POMBAL E A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DE PRIMEIRAS LETRAS (1757-1772)*, DE MATHEUS BISPO

Luiz Fernando Lima Passos*

A obra *O Marquês de Pombal e a construção do ensino de primeiras letras (1757-1772)* trata do processo político e pedagógico que instituiu o ensino de primeiras letras como parte das obrigações do Império português, durante o processo reformista, no século XVIII, encabeçado pelo célebre Marquês de Pombal. Nessa obra, Matheus Bispo (2023) detalha o impacto que o ideário iluminista teve nas reformas pombalinas e como esse ideário foi usado para construir um sistema educacional que privilegiava a exaltação da monarquia portuguesa desde o ensino elementar ou, como era referido à época, “primeiras letras”. Para realizar esse objetivo, o autor realiza uma análise crítica da legislação educacional portuguesa durante o período delimitado da sua obra e de um dos manuais recomendado pela administração portuguesa para o ensino de primeiras letras.

A obra divide-se em três capítulos. A introdução trata da evolução da legislação educacional até a criação da Lei de 1772, que instituiu o ensino de primeiras letras e criou as condições para que, pela primeira vez, os professores se tornassem, de fato, funcionários régios, remunerados pela criação de um imposto: o subsídio literário.

A obra é um desdobramento da dissertação de mestrado do autor e vincula-se ao projeto “Para a construção de um *corpus* pombalino: Parte I – Os escritos historiográficos pombalinos”, coordenado pelo professor Dr. José Eduardo Franco, da Universidade Aberta de Lisboa, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, através do Núcleo de Estudos e Cultura (NEC), coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira.

O autor usa como metodologia a pesquisa bibliográfica, com a análise de obras que são referências para a historiografia educacional acerca das reformas pombalinas da educação. O autor recorre, a produções do projeto e do grupo de pesquisa a que se vincula academicamente.

O autor usa ainda fontes primárias, especialmente a legislação educacional promulgada durante a reforma pombalina da educação, mas com o devido cuidado metodológico que essas fontes merecem, como ele mesmo afirma: “Neste trabalho, as fontes, impressas ou manuscritas, serão abordadas com distanciamento crítico e concebidas como construtos discursivos, e não como meros documentos que contêm dados que somente precisam ser lidos e anotados.” (Bispo, 2023, p. 19).

O autor vincula-se à história cultural ao utilizar como principal referencial teórico a obra de Roger Chartier e do seu conceito de representação, ao qual ele se apropria para buscar entender como os discursos oficiais foram entendidos não só pelos funcionários régios, mas pelos mais distintos segmentos sociais.

Como recorte cronológico, Bispo escolhe a promulgação da Lei do Diretório em 1757, e como recorte final, o autor escolhe a Lei de 06 de junho de 1772, que estabelece o ensino de primeiras letras como função estatal.

No primeiro capítulo, o autor aborda a construção da educação pública na Europa, através de versões diferentes a depender da religião dominante (catolicismo ou protestantismo), num processo que se inicia no século XVIII, mas que começa a se consolidar pouco antes do Marquês de Pombal assumir uma posição dominante na política imperial portuguesa.

No segundo capítulo, Bispo realiza um apanhado da legislação que instituiu a educação como função do Estado português. São analisadas as principais leis educacionais desse período, principalmente a Lei do Diretório, conhecida como Diretório dos Índios, que instituiu a obrigação de ensinar os nativos exclusivamente em português, do Alvará dos Estudos Menores, que instituiu uma reforma do ensino “secundário” em todo o Império e, por fim do Alvará de Primeiras Letras, que instituiu o ensino “primário” como função estatal e indica, finalmente, o meio pelo qual toda a educação não-universitária seria financiada ao redor do Império português.

No terceiro capítulo, Bispo analisa como a política pombalina influenciou a criação de manuais de primeiras letras, já livres das “nefastas” influências dos jesuítas; para tal, o autor detalha a organização do manual *Instituição de Principiantes e Novo Método de se aprender as Primeiras Letras para uso das Escolas da Congregação do Oratório*, publicado apenas 3 anos após a destituição do Marquês de Pombal, e segue as intencionalidades educacionais que ele definiu durante o seu período de glória.

A obra se inicia com uma desnaturalização de algo que para nós, no século XXI, temos como certo a obrigação do Estado em promover o combate ao analfabetismo e, quando não o faz, essa situação é entendida como um fracasso da política educacional. O Estado começa a assumir essa função no século XVIII, quando houve a criação de escolas para ensinar os elementos mais básicos, que antes ficavam a cargo da família ou de tutores pagos.

É somente no século XVIII que a escola ganha a função de ensinar os primeiros saberes, tanto no mundo católico quanto no protestante, sendo um critério básico para vivência do cristão, por meio da escolarização das aprendizagens derivadas da cultura mercantil – a arte caligráfica, a arte epistolar e a aritmética prática. (Bispo, 2023, p. 30).

Durante o século XVIII, o fortalecimento do iluminismo como prática política e intelectual estava se consolidando, como afirma Bispo (2023):

O século em questão é marcado decisivamente pelo Iluminismo, um fenômeno intelectual que teve espaço na Europa e objetivava a referência da crítica, por meio da sua conceituação e do reconhecimento das possibilidades, como também dos limites humanos do ato de conhecer. Assim, os iluministas compreendiam que a instrução conduzia o ser humano não somente a um acréscimo de conhecimento, mas um refinamento do indivíduo que se instrui (p. 31).

Os ventos do iluminismo também atingiam o Império português, havia uma nova concepção do papel da educação na sociedade, e passava a ser discutido um novo modelo educacional que transferisse o papel da educação das mãos dos jesuítas para o controle do Estado. De acordo com Bispo (2023): “É durante a época joanina que são esboçados os primeiros ensaios pedagógicos, como a destituição do poderio assegurado pelas mãos dos jesuítas que há dois séculos comandavam os estudos menores em todo território lusitano, e posteriormente, os Oratorianos também”. (p. 33).

Durante os anos de poder do Marquês de Pombal, cresce o sentimento de desconfiança do Estado português em relação aos verdadeiros intuitos dos jesuítas com os indígenas. Uma das formas de combater o poder que os jesuítas possuíam foi a criação das escolas estatais para educar os nativos, assim o Estado poderia mediar diretamente a relação com os indígenas:

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, confirma o Alvará régio de 17 de agosto de 1758, assinado pelo seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que manda criar em todas as povoações de índios duas escolas públicas — uma para meninos e outra para meninas, como ação da Lei de 03 de maio de 1757 — Lei do Diretório dos Índios (Bispo, 2023, p. 36).

Um dos principais intentos de afastar os jesuítas do contato com os nativos era de unificar o Brasil através da imposição da língua portuguesa para todos os nativos, ou pelo menos para os que estivessem ao alcance mais direto da administração portuguesa, conforme Bispo (2023): “A língua latina pede espaço para a língua vernácula, o que sugere duas coisas: o contínuo e irreversível processo de distanciamento da Igreja Católica e sua língua sacra e a afirmação enquanto Estado-Nação, unido ao redor de uma língua comum” (p. 44).

Essa expulsão dos jesuítas foi realizada por motivos muito mais econômicos e pragmáticos do que pedagógicos, como aponta Bispo (2023):

A expulsão dos jesuítas é explicada por inúmeros fatores, mas dois são os preponderantes: o plano de libertação dos índios — ligado às missões jesuíticas como fontes de comércio e progresso do reinado — e o cumprimento do Tratado de Limites, isso explica o dito ódio do Marquês de Pombal pelos jesuítas, criando o antijesuitismo, sendo determinado pelo gabinete de D. José I (p. 51).

Essa perspectiva também é confirmada com a reforma dos estudos menores e a criação das aulas régias, que pretendiam implantar um modelo educacional que se adequasse às necessidades de um Estado em plena era moderna, como afirma Bispo (2023): “A criação das aulas régias de latim, grego e retórica objetivava atender os lapsos causados pelo término das classes jesuítas; sincronicamente eram atendidos os desejos de uma burguesia nascente” (p. 53).

A criação das aulas régias e da institucionalização da figura do professor como funcionário do Estado foi uma preparação para a Lei de 1772, que cria as condições para que esses mestres fossem remunerados através da criação do subsídio literário, de acordo com Bispo (2023): “A reforma de 1772 levou a dois passos significativos ao mestre régio no processo de profissionalização docente: a habilitação mediante licença para o magistério e a ocupação em tempo integral da sua profissão” (p. 62).

Para analisar a implementação prática das aulas de primeiras letras, o autor realiza a análise de um dos manuais criados após a Reforma de 1772, que é o caso do manual *Instrução de Principiantes e Novo Método de se aprender as Primeiras Letras para uso das Escolas da Congregação do Oratório*, publicado com privilégio real no ano de 1780 e que trouxe modificações interessantes do viés pedagógico que a monarquia queria implantar. Nesse manual, há uma valorização da biografia dos santos católicos e dos reis portugueses, além de focar numa simplificação do ensino das primeiras letras, como aponta o autor: “Inicialmente, o processo de aprender deve ser crescente, lógico e sistemático, ou seja, iniciar do mais fácil e simples até chegar ao erudito da língua e do conhecimento”. (Bispo, 2023, p.73).

O Marquês de Pombal sempre desejou fortalecer o poder da monarquia e entendeu que a educação era um dos meios mais eficientes para reforçar a posição real, conforme Bispo (2023): “A escola pública gestada pelo Marquês de Pombal detinha características próprias: definia-se como uma célula organizadora da força e da potência do Estado que tomava para si a tarefa de selecionar, nomear e fiscalizar professores, além de controlar as disciplinas a serem ministradas”. (p. 79).

A obra de Bispo, em suma, apresenta uma boa análise do conjunto de ideias iluministas, não na sua forma mais revolucionária, mas sua maneira regalista e conservadora, que levou à expulsão dos jesuítas de todo o Império português e à criação de um sistema de ensino que valorizasse a monarquia portuguesa e as necessidades da burguesia crescente do século XVIII.

Através de três capítulos, acompanhamos a consolidação do ideário iluminista conservador, a criação da legislação educacional que baseou a reforma educacional pombalina, desembocando na criação das aulas de primeiras letras. Estes são os objetivos dessa obra, cumpridos através da análise um dos manuais criados para subsidiar as aulas dos mestres de primeiras letras.

Bispo consegue produzir uma reconstituição concisa e bem fundamentada da criação das aulas régias em todo o Império português, através de uma boa mistura de revisão bibliográfica bem executada e de análise crítica da legislação educacional criada no contexto da reforma educacional do século XVIII.

Porém, há alguns pontos da sua obra que merecem algumas críticas: o livro de Bispo seria engrandecido se, além da contextualização do processo de criação das aulas de primeiras letras, o autor também investigasse os impactos desse processo nas suas idealizações e nos seus resultados. Por mais que a obra enfoque a construção dessas aulas, uma discussão dos seus impactos reais seria muito interessante para o leitor.

Uma breve análise dos impactos concretos da criação das aulas de primeiras letras através das informações trazidas por referências na área, como Kenneth Maxwell ou Maria Hilsdorf, contribuiria muito para a construção da obra de Bispo. Outra questão é sobre o manual analisado por Bispo ao longo do terceiro capítulo. Essa análise é muito construtiva, mas faltou um rastreamento do impacto que o manual teve nas classes de primeiras letras, pois não somos informados a respeito do número de manuais impressos e entregues, nem de quantas edições esse manual teve. Os dados acerca do manual adotado poderiam dar uma noção ao leitor de seu real impacto, mas o autor perdeu a oportunidade de trazer esses dados para o leitor ou de pelo menos indicar que não conseguiu encontrá-los.

De uma forma geral, a obra de Bispo realiza uma coerente contextualização do processo de criação das aulas de primeiras letras e é indicada para os alunos de graduação ou pós-graduação que queiram ler uma obra acerca dessa temática de forma simples e sem aprofundamentos desnecessários; serve sobretudo para aqueles que querem apenas ter noções iniciais sobre o tema, sem perder ao mesmo tempo o cuidado teórico-metodológico que um trabalho desse tipo deve possuir.

REFERÊNCIAS

BISPO, Matheus L. S. F. *O Marquês de Pombal e a construção do ensino de primeiras letras (1757- 1772)*. Aracaju: Criação Editora; Lisboa: Theya, 2023.

HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: leituras*. Pioneira Thomson Learning, 2003.

MAXWELL, K. R. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. Paz e Terra, 1996.

